



Luís Carrilho - Vice-Reitor da Universidade da Beira Interior (texto)

1 – Vamos chamar-lhe nota preambular

É por todos nós conhecido e corroborado, em encontros nacionais e internacionais sobre a Educação, que os 1º e 2º ciclos em Portugal e o ensino Básico em geral, apresentam níveis de aprendizagem que são insuficientes comparativamente aos sistemas noutros países da Europa; as competências adquiridas pelos estudantes no final do 2º ciclo são desajustadas à compreensão de matérias mais complexas; os saberes ou conhecimentos sustentáveis e sedimentados não são suficientes para a progressão normal do estudante no ensino secundário seja científico-profissional ou técnico-profissional; a atitude evolutiva do estudante, no sentido de um ganho de maturidade perante a vida e a sociedade, ainda se revela muito pouco articulada com a sua progressão curricular e com a expectativa de um exercício profissional adequado às capacidades individuais e às necessidades da quantidade de trabalho que é necessária que o estudante realize para atingir os objectivos, ainda que virtuais, do seu desejo/objectivo profissional.

Em nosso entender, a aprendizagem efectiva pelo estudante (seja qual for a metodologia utilizada com o aprendiz), a absorção de conhecimentos e saberes básicos e técnicos (seja qual for o processo de transmissão e de sedimentação usado com o formando aprendiz), a aquisição de competências para melhor assimilar e compreender a complexidade crescente de outras matérias e problemas (seja qual for a forma pela qual o aprendiz adquire essas capacidades) e a atitude perante si próprio, a escola onde segue um processo de aprendizagem, a profissão que coloca já na sua imaginação e a sociedade em que está inserido (seja qual for a classe social ou grupo em que está ou se sente integrado), constituem as bases naturais de uma educação, as quais têm de ser sólidas, articuladas e complementares em vários domínios.

Destacamos algumas dessas bases específicas mais essenciais para a melhoria da educação:

- o conhecimento real e o domínio concreto e utilizável da língua materna, neste caso o Português, e de uma segunda língua que será obviamente, o Inglês;
- o conhecimento real e o domínio concreto e utilizável ou prático da matemática, sobretudo da aritmética e da geometria e com um crescimento natural das capacidades de abstracção;
- o conhecimento concreto e o domínio efectivo de conceitos e da interpretação de fenómenos simples e banais da Física e Química, no âmbito de temáticas do quotidiano;
- o conhecimento de facto e o domínio efectivo de conceitos e da interpretação de fenómenos simples das ciências da vida e da terra, sobretudo em temas básicos do nosso dia a dia;
- a adição de mais uma ou duas áreas complementares ao *cor sapientiae* anteriormente definido, que permitam melhorar o conhecimento da nossa história e recentrar a atitude como estudante, como cidadão, como futuro profissional ou até dirigente.

2 – Será que temos de repensar a educação? As aprendizagens têm de ser absorvidas de facto naquilo que é considerado o *cor sapientiae* das unidades curriculares nas várias áreas. As competências têm de ser verificadas e comprovadas pelo domínio de técnicas, de saberes, de habilidades explícitas do saber fazer.

Os conhecimentos mínimos têm de ser avaliados e verificados com rigor de modo a

não comprometer aprendizagens mais complexas, pluridisciplinares ou transversais, em anos escolares mais avançados. A atitude pode tornar-se mensurável através de trabalhos ou de testes psicotécnicos e mediante apreciações globais dos professores e tutores das turmas. Poderá tornar-se útil a inclusão de um sistema de mentorado, devidamente preparado através da formação prévia de estudantes mais adiantados nos ciclos de ensino básico e secundário. A autoridade do Professor não deverá ser questionada na sala de aula e no interior da Escola perante os estudantes aprendizes. Este princípio deve determinar que os Professores tenham dentro da sala de aula e no interior da Escola comportamentos compatíveis com a emanação e credibilidade natural da sua autoridade.

3 – Algumas estratégias: fáceis e difíceis de adoptar As estratégias a adoptar vão depender das capacidades das Escolas nas suas vertentes de projectos de Escola, dos apoios que as direcções regionais poderem desencadear para a realização dos objectivos traçados e do Ministério da Educação no cumprimento da sua política de dotar Portugal dos recursos humanos qualificados para a batalha da competitividade. Descrevem-se algumas das estratégias que no nosso entender são de exequibilidade compatível (fácil e difícil) e que podem originar resultados num curto prazo.

3.1 - As instalações físicas gerais das Escolas estão ou vão estando superadas a curto prazo pelo que consideramos que não é este o factor que afecta negativamente o desempenho da Escola e a aplicação de programas virados para melhores aprendizagens e ganhos de competências e saberes comprovados para os estudantes;

3.2 – As instalações físicas específicas como laboratórios, ateliers, oficinas e salas de serviços informáticos, são essenciais para ajudar na compreensão de matérias complexas como a matemática, a física e química e outras ciências, no trabalho extra do estudante que é necessário realizar e também para cativar mais estudantes em domínios relevantes para o desenvolvimento futuro do país e que não têm de estar na moda. Há que continuar a dotar as escolas de equipamentos para a experimentação e sendo possível, monitorizar já o seu uso em unidades curriculares, para depois avaliar os resultados;

3.3 – A sequencialidade dos tempos escolares no horário do estudante tem de ser prioritária, obrigatória e cumprida com rigor absoluto. Um software de horários, hoje disponível comercialmente, é suficiente para um controlo eficaz da sua formatação. Um grupo de 2 ou 3 professores por Escola, verdadeiros profissionais, sem transigências e opacos às influências perniciosas de outros, dará os seus frutos de um ano para o outro;

3.4 – Deve equacionar-se com rigor, temperado pela experiência, o cor sapientiae das unidades curriculares e das matérias que deve ser valorizado como constituindo o núcleo central da aprendizagem, das competências e saberes, das habilidades e do saber fazer e da formação em atitude para o estudante. A extensão dos programas tem de ser revista segundo a perspectiva do que o estudante tem possibilidade de absorver no tempo que está previsto, de modo que constitua competência e saber adquiridos no processo de aprendizagem. Programas demasiado extensos dificilmente estimulam estudantes e professores, podendo originar virtualmente a criação de autênticos buracos negros na aprendizagem e nos resultados;

3.5 – A complexidade de matérias e de unidades curriculares constitui uma razão de peso para reduzir a dimensão da turma (ou dividi-la temporariamente em grupos mais pequenos) e para aumentar a carga lectiva na componente prática (também temporariamente) no sentido de facilitar a absorção do conhecimento e saberes. Vale a pena apostar na gestão específica da complexidade de matérias e de unidades curriculares, como uma política individual de cada Escola dentro do seu perfil e do seu portefólio de objectivos e serviços aos estudantes;

3.6 – A progressão curricular do estudante é sem dúvida um objectivo dele próprio, do professor e da Escola em que está inserido. É um erro que se paga sempre caro em gerações posteriores, alargar o buraco da peneira sem submeter ou dar uma nova oportunidade a esses estudantes em processo hipotético de retenção, através de trabalhos e provas suplementares adequadas, em períodos complementares do ano escolar que o estudante frequenta (Maio, Junho, Julho e Agosto) em cada ano lectivo e que permitam avaliar e verificar a aquisição efectiva de competências e de habilidades dentro do padrão adoptado pela Escola;

3.7 – A estabilização dos conteúdos programáticos das unidades curriculares e dos seus cor sapientiae é essencial por um período não inferior a 6 ou 7 anos, para que estudantes e professores possam ir mais além do cor programmae desenvolvendo conteúdos suplementares próprios e até transversais, para além dos obrigatório

3.8 – O seguimento acompanhado ou follow-up de cada unidade curricular ou de agrupamentos de 2 ou 3 unidades curriculares afins e das matérias que fazem parte do cor programmae é um passo que se considera essencial e estimulante, sendo realizado em todos os processos de avaliação e de acreditação de cursos e formações, por entidades e instâncias internacionais a todos os níveis e para sistemas organizacionais como é o caso de Escolas (faculdades, escolas secundárias, escolas profissionais, escolas tecnológicas, ...);

3.9 – No médio prazo devia equacionar-se a necessidade de se ter em Portugal uma segmentação tão fragmentada e tão específica das áreas do saber em que os professores estão integrados, ou são integráveis, nas escolas básicas e secundárias. Parece-nos que estas especializações actuais, originam de per si, fronteiras estanques nas aprendizagens que não favorecem a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transversalidade da formação dos estudantes nas fases dos 1º e 2º ciclos e também do ensino secundário.

4 – A ductilidade e a flexibilidade na educação Existe uma propriedade nos materiais que traduz o seu comportamento ou a sua resposta ou a sua reacção de resistência adaptativa perante estímulos ou acções externas. Ora o sentido que se pretende extrapolar para a área da educação é, lato sensu, o de que a educação não se deve mudar de qualquer maneira porque há resistências internas inerentes ao sistema que é necessário equacionar, as quais se não forem tidas em conta resultam numa ruptura, que será sempre mais difícil de gerir. Obviamente que o sentido não é o da imutabilidade, mas a haver mudança deve manter-se o essencial, i.e., o cor curriculi, o cor sapientiae, o cor programmae, o cor competentiae e o cor habilitatum, que

resultam da boa experiência acumulada e apenas mudar o acessório ou o ajustável à realidade actual. A flexibilidade na educação é, em nossa opinião, um bem necessário na actualização de programas e conteúdos, na adaptabilidade a novos paradigmas de métodos de ensino e aprendizagem, na adequação das estruturas curriculares a novos desafios de conhecimentos e competências a adquirir e atitudes a tomar pelos actores intervenientes no processo educativo.

5 – Algumas medidas reais, fáceis e difíceis, que poderiam adoptar-se

Medida 1 – Manter os actuais programas e respectivos conteúdos – core sapiens - dos ensinos básico e secundário durante os próximos 7 anos;

Medida 2 – Determinar que cada Escola tenha os horários com tempos sequenciais das turmas de cada ano escolar;

Medida 3 – Criar condições para a permanência dos professores na Escola durante o tempo máximo possível compatível com o horário da Escola e das actividades;

Medida 4 – Equipar os laboratórios, ateliers e salas de serviços informáticos das Escolas e iniciar a monitorização do seu uso em actividades de ensino e formação;

Medida 5 – Gerir especificamente a complexidade de unidades curriculares e de matérias através de uma orientação individual em cada Escola: Reduzir temporariamente a dimensão dos grupos de aprendizagem e aumentar temporariamente a respectiva carga horária em matérias complexas e com componentes práticas de laboratório ou de aprendizagem de habilidades.

Medida 6 – Definir com convicção o cor programmae e o cor sapientiae de cada unidade curricular valorizando-os como núcleos centrais de avaliação de competências e habilidades.

Medida 7 – Integrar uma Escola de Verão na Escola para que todos os estudantes com probabilidade hipotética de retenção no ano escolar tenham uma oportunidade de, com mais trabalho suplementar, poderem superar as dificuldades de aquisição efectiva e comprovada de competências dentro do padrão referencial da Escola.

Medida 8 – Aplicar um seguimento acompanhado (follow up) a todas as unidades curriculares com conteúdos mais complexos que sejam essenciais ao entendimento de assuntos de anos escolares posteriores.

Medida 9 – Condensar áreas disciplinares reduzindo o número de agrupamentos nas Escolas.

Medida 10 – Realizar a formação dos professores de uma forma contínua de acordo com as necessidades de aprendizagem dos estudantes, da Escola e do interesse do Professor.